



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO  
SOBRE TRANSPARÊNCIA, BOA GOVERNANÇA E DEMOCRACIA**  
Documentation and Information Centre on Transparency,  
Good Governance and Democracy

# MEMÓRIA DESCRITIVA

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA,  
BOA GOVERNANÇA E DEMOCRACIA**

**CANDIDATURA A APOIO NÃO FINANCEIRO**

O presente documento descreve os principais objetivos e os resultados esperados da criação de um Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia, para efeitos de candidatura a apoio não financeiro, nos termos do Regulamento de atribuição de apoios pela Junta de Freguesia de Alvalade, dando-se especial enfoque ao benefício que trará para o reforço da cidadania e da participação cívica no contexto na freguesia e a sua relevância no quadro do Plano de Ação dos Direitos Sociais do Município de Lisboa, nomeadamente no que se refere à implementação prática e programática da Carta de Lisboa dos Direitos e Responsabilidades.

Lisboa, 25 de setembro de 2019

## A Transparência e Integridade, Associação Cívica / Transparency International Portugal (TI-PT)

Fundada a 17 de setembro de 2010, a Transparência e Integridade, Associação Cívica (TI-PT) é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), detentora do Estatuto de Utilidade Pública, contando atualmente com um universo superior a 1.000 membros.

Representante portuguesa da Transparency International, rede global de ONG anticorrupção presente em mais de 100 geografias, é também o Ponto de Contacto no nosso país do Pilar da Sociedade Civil da Community of Democracies, organização internacional que reúne 130 Estados de todos os continentes, incluindo Portugal.

Temos como missão promover a boa governança e a democracia com base nos valores da transparência e da integridade, combatendo a corrupção, e fomentando a participação cívica e a responsabilidade de instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

Dimensões nucleares de intervenção:

1. Investigação aplicada às questões da Boa Governança e da Corrupção;
2. Monitorização de legislação e regulamentação nacional e da EU e de convenções internacionais;
3. Avaliação da qualidade da governação, integridade e transparência no poder central e local;
4. Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitorização e compliance;
  - a. Na Administração Pública
  - b. No Setor Privado
5. Cooperação para o Desenvolvimento: apoio à capacitação institucional em prol da boa governança e combate à corrupção nos PALOP;
6. Apoio a denunciantes e vítimas de corrupção;
7. Educação/ Formação para reforço do conhecimento, cidadania e participação cívica em prol da Boa Governança, Transparência e Integridade em todas as dimensões da vida pública;
8. Sensibilização e Advocacy;
9. Capacitação Institucional e Sustentabilidade;

Trabalhamos em prol de uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal, advogando o acesso efetivo à informação, a construção de uma cidadania informada, forte e participativa, uma sociedade onde exista uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma Justiça célere, eficiente e ética, e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes políticos e económicos.

Desde a fundação temos apostado no desenvolvimento de

sinergias e projetos de cooperação com várias entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, mas também com movimentos da sociedade civil em defesa dos direitos e liberdades fundamentais e da cidadania ativa.

Em Portugal, colaboramos regularmente com as seguintes instituições: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Lisboa (ICS), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro (GOVCOPP), Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas da Universidade do Minho (NEAPP), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE).

Na África Lusófona encetámos recentemente uma parceria de desenvolvimento com os Centros de Integridade Pública de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

Na Europa, além da colaboração regular e sistemática com a Transparency International e os seus diversos capítulos nesta região, temos podido contar com o patrocínio da Comissão Europeia no desenvolvimento de projetos estruturantes com enfoque na temática da boa governança e combate à corrupção. De entre estes, destacam-se: Countdown to Impunity: Corruption-related Statutes of Limitation in the European Union (2011), Sétimo Relatório Anual de Monitorização da Implementação da Convenção Anti suborno da OCDE (2011), Revisão paralela da implementação da UNCAC - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2011), Sistema Nacional de Integridade – Portugal (2012), Sistema Local de Integridade – Portugal (2013), Exporting Corruption – OECD Progress Report (2013), Manipulação de Resultados no Futebol Português (2014), O Lóbi a Descoberto (2014), Speak-Up (2015), Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal (2016), Pactos de Integridade (2016-2019), Anti Match-Fixing Top training (2017-2019).

Em 2011 reunimos com Troika, com o objetivo de discutir a implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento acordado com o Estado português e alertar para fragilidades do sistema nacional de integridade. Nesse mesmo ano participámos ainda no projeto de monitorização de gastos de campanha durante as Presidenciais e Legislativas de 2011 comissionado pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP).

Em 2012 fomos ouvidos pelos avaliadores do GREGO que estiveram no país a verificar os avanços feitos pelo Estado Português na implementação das recomendações que aquele organismo do Conselho da Europa havia feito para aumentar a eficácia das incriminações contra suspeitos de

corrupção e crimes conexos, bem como no aumento da transparência do financiamento partidário.

A pedido do Ministério das Finanças, elaborámos também um parecer sobre um conjunto de propostas legislativas feitas pelo Partido Socialista, que ficaram conhecidas como o “pacote da transparência”, e em 2013 participámos na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa onde foram discutidos os riscos de corrupção no sector da Educação e os seus mecanismos de controlo.

Somos regularmente convidados pela Representação da Comissão Europeia em Portugal a pronunciar-nos sobre os avanços alcançados para reforço da transparência e do combate à corrupção, tendo tido ocasião de apresentar um conjunto de propostas de melhoria na sequência do processo de revisão do Código dos Contratos Públicos e dos resultados da investigação produzida no contexto do projeto internacional Enhancing Beneficial Ownership Transparency em que participámos.

Acompanhamos igualmente os trabalhos de Comissões Parlamentares relevantes para o trabalho que desenvolvemos, tais como a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas e a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, sendo-nos solicitada com regularidade a emissão de recomendações e pareceres sobre medidas legislativas em discussão.

Por isso mesmo, a TI-PT é hoje reconhecida como organização de referência na análise dos problemas de corrupção em Portugal, servindo desinteressadamente o interesse coletivo, promovendo a transparência, a

integridade e a responsabilidade na procura de uma mudança positiva de valores na sociedade portuguesa, lutando pela qualificação da democracia e pela promoção de políticas ativas de combate ao flagelo da corrupção em Portugal e noutras regiões, com destaque para o contexto europeu.

Os nossos canais no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube registam mais de 50 mil seguidores, e através do nosso website, newsletters e outros recursos digitais, mantemos informação atualizada sobre políticas de transparência, boa governança e combate à corrupção e áreas de risco. Tal adesão diz bem do interesse que estas temáticas despertam na opinião pública, e por tanto gostaríamos de poder incrementar a nossa atuação nomeadamente através do reforço de ações de formação, sensibilização e de partilha de recursos ao dispor dos cidadãos.

Passados que estão 9 anos após a fundação, é nosso desejo complementar o trabalho de investigação e de advocacy que empreendemos com uma componente mais sólida de mobilização e intervenção social suscetível de ultrapassar as barreiras espaciais e de tempo próprias de uma estrutura de comunicação e outreach que, por limitação de recursos, reside quase exclusivamente em contexto web.

Eis a razão porque consideramos fundamental e estratégica a candidatura a apoio não financeiro da Junta de Freguesia de Alvalade, através da concessão de um espaço físico suscetível de albergar a atividade corrente da TI-PT e o Centro de Documentação e Informação para a Transparência, Boa Governança e Democracia que ora apresentamos.

## Informações de contacto

Karina Carvalho, *Diretora Executiva*  
[karina.carvalho@transparencia.pt](mailto:karina.carvalho@transparencia.pt)

Rua dos Fanqueiros, 65, 3ºA  
1100-226 Lisboa, Portugal  
Tel. +351 218873412 (Geral/ Office)  
Mobile. +351 969206496  
[www.transparencia.pt](http://www.transparencia.pt)

## 1. Contexto e justificação

Na base da nossa fundação está o compromisso inequívoco com uma intervenção política e programática de âmbito supranacional, que faz interagir a todo o instante as preocupações tanto específicas como comuns de diversas e distintas geografias. Por isso mesmo integramos a Transparency International, e temos vindo a trabalhar afincadamente em prol do reforço da missão global da rede.

Acreditamos que o estudo, investigação e acção que desenvolvemos sobre as temáticas da corrupção e boa governança produzem resultados dissemináveis em territórios além do nosso, e é com orgulho que vamos vendo incorporadas em Portugal e na Europa muitas das nossas inquietações e recomendações de boas práticas, melhorando a qualidade da Democracia e convocando um número crescente de cidadãos comprometidos com a defesa e a promoção dos valores estruturantes de quem somos – individual e colectivamente – pelo menos desde 1974, ano da Revolução de Abril.

Desde o início tem também sido nosso firme propósito contribuir de forma activa e persistente para o incremento das condições da Democracia e da participação cívica. É urgente mobilizar a sociedade civil e capacitar estruturas associativas para um ativismo sólido, suscetível de *transformar de facto* a realidade nas suas diferentes dimensões política, económica, social e cultural, e contribuir decisivamente para a *mudança positiva* de políticas e práticas institucionais que cerceiam o desenvolvimento sustentável.

Para tal necessitamos de complementar a dedicação à causa democrática com conhecimento e informação permanentemente actualizados sobre os obstáculos que enfrentamos, tendo em conta que as preocupações com a qualidade da Democracia estão em nível abaixo do desejado, habitualmente circunscritas aos fóruns académicos, tardando em contaminar a esfera pública, e assim mesmo mitigando a mobilização de cidadãos em sua defesa, o que em muito se explica pelo deficit de conhecimento e informação sobre matérias fundamentais, de estre as quais se destacam, precisamente, a transparência, a boa governança e a corrupção.

Com os parcos discursos de que dispomos temos tentado incrementar esse conhecimento e alavancar a participação cívica, todavia, consideramos prioritário consolidar um modelo de intervenção mais sustentado, que não se esgote nas estratégias de disseminação próprias de cada projecto, relatório ou estudo.

A iniciativa que ora candidatamos a apoio pretende assim corporizar este novo modelo de intervenção, impactante e sustentável no presente e no futuro, em Portugal, na África Lusófona, e na Europa a que pertencemos.

Sob a égide da transferência de partilha de informação e de conhecimento para uma cidadania activa, esclarecida e consequente, propomos a criação do **Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia**.

Convocamos o grego *agora* - espaço fundamental na configuração da democracia de Atenas enquanto centro cultural e político, pólo de reunião, criação e manifestação da opinião e debate públicos-, e o latim *hac ora, agora*, que significa neste instante, já, demandando em simultâneo acção e urgência, ou seja, *ativismo*.

Os centros de documentação e informação fazem parte do ADN do *ativismo*, e é exatamente nesta perspetiva que o Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia se estrutura.

A informação é um direito fundamental e um dos bens mais preciosos da vida em sociedade, assim como um importante pilar para a capacitação de indivíduos e comunidades, especialmente os mais vulneráveis. É por meio do acesso à informação e do intercâmbio informacional que estes tomam conhecimento dos seus direitos e deveres, e assim mesmo, podem decidir sobre as suas vidas, seja de forma individual ou coletiva.

A experiência da cidadania não pode, pois, ser dissociada do acesso à informação, razão pela qual acreditamos que é indispensável incrementar de modo significativo a qualidade do debate e intervenção públicos, o *logos* e a *praxis* da Democracia, envolvendo todos/as quantos/as, como nós, se batem pela (re)fundação de sociedades justas, íntegras e dignas.

Esta perspetiva é partilhada por todas as organizações internacionais trabalhando matérias relacionadas com os

Direitos Humanos, nomeadamente a ONU, para quem o acesso à informação é um direito individual correlato ao direito de liberdade de expressão e de autonomia, sendo fundamental para o desenvolvimento da cidadania porque garante e promove a participação cívica.

Na verdade, a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável elenca a informação e a educação como instrumentos essenciais à boa governação e promoção da Democracia, porquanto estimulam e reforçam a capacidade dos indivíduos, comunidades e organizações em formular juízos de valor e proceder a escolhas no sentido do desenvolvimento sustentável dos seus países.

Também a reflexão interna que vimos empreendendo salienta a necessidade de se incrementar a atuação da Provedoria TI-PT no domínio da informação/ sensibilização e educação/ formação para a cidadania, tendo em conta que, de entre os casos que nos chegam, há um número expressivo que não configuram denúncias de corrupção, mas que decorrem de limitações no acesso à justiça e de um conhecimento deficiente dos sistemas de organização democrática.

É verdade que há ainda um longo caminho a percorrer para reforço dos níveis de literacia anticorrupção, mas também é certo que, para tantas cidadãs e tantos cidadãos, as dificuldades no acesso à justiça atingem proporções verdadeiramente dramáticas: por falta de informação ou de recursos financeiros, há muita gente que se vê privada de apoio jurídico, e que busca os serviços da Provedoria nesse sentido. Por outro lado, temos igualmente verificado que o grau de conhecimento sobre o funcionamento do sistema judicial, bem como das atribuições e responsabilidades específicas dos diferentes órgãos de administração pública local e central, é relativamente elevado, o que origina não raras vezes um sentimento de injustiça social e, por efeito, um distanciamento (ou até anomia, à guisa de Durkheim) em relação às instituições e decisores públicos, o que debilita seriamente a participação cívica e a consolidação da Democracia.

A perda da confiança nas instituições não decorre exclusivamente de problemas de governança ou da ocorrência de fenómenos de corrupção, mas também – e em larga medida - por falta de transparência e de informação. Por isso mesmo entendemos que a promoção de instituições mais transparentes e íntegras deve fazer-se acompanhar de intervenções estruturadas ao nível da informação, sensibilização e formação dos cidadãos, rumo ao desenvolvimento sustentável.

O principal objetivo do Centro reside pois no apoio à construção da cidadania através da disseminação de informação sobre os direitos e deveres políticos, sociais, económicos e culturais, alicerçada num processo comunicativo de permanente aprendizagem e discussão crítica sobre as diferentes questões que animam a consolidação de uma sociedade mais justa e mais igual.

Para que ele se materialize e adquira eficácia é essencial a articulação e cooperação entre os diferentes agentes no terreno, nomeadamente com as autarquias locais, com quem esperamos potenciar uma sinergia em rede, sendo nossa firme convicção de que o Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia que ora propomos contribuirá em muito para incrementar e solidificar Alvalade, e em sentido mais lato Lisboa, como uma Cidade plena de Direitos e de Responsabilidades.

## 2. Objetivos

### Objetivo geral:

Promover os valores da Transparência, da Boa Governança e da Democracia através da informação, sensibilização e formação.

### Objetivos específicos:

- Informar, formar e sensibilizar para a cidadania e participação cívica;
- Apoiar a divulgação de estudos e investigação sobre a qualidade da Democracia nas suas diferentes dimensões social, política, económica, social e cultural;
- Aumentar a literacia judicial e a melhoria das condições de acesso à Justiça, nomeadamente por parte das comunidades mais vulneráveis;
- Apoiar denunciantes e vítimas de corrupção e de abusos de poder.

## 3. Estratégia de implementação e atividades a desenvolver

Além de acervo de informação e de documentação, o Centro funcionará como um polo agregador das atividades da TI-PT em diferentes dimensões, quer ao nível da gestão de projetos, quer ao nível da informação/ sensibilização e de educação/ formação, quer ao nível da Cooperação para o Desenvolvimento:

### a) Arquivo de Informação e de Documentação:

O Centro colocará à disposição de investigadoras/es, estudantes, formadoras/es, docentes e outros profissionais especializados e da população em geral um conjunto amplo de recursos de informação e documentação nas áreas da Transparência, da Boa Governança e da Democracia, acessíveis presencialmente, e através da web em plataforma dedicada a construir especialmente para efeito durante o período de implementação do projeto.

Além das publicações da TI-PT, contribuirão para este acervo os recursos da Transparency International, da Community of Democracies e das instituições do sistema científico com quem colaboramos habitualmente (ICS, ISCTE, Univ. Aveiro, Univ. Minho, entre outras).

### b) Formação e Sensibilização:

O Centro realizará e acolherá ações de formação e sensibilização promovendo os valores da Transparência, da Boa Governança e da Democracia, em diferentes formatos, e adaptadas a públicos-alvo diferenciados:

- Seminários
- Workshops
- Reuniões de trabalho
- Exposições
- Webinars

Promoverá ainda a elaboração e publicação de folhetos, brochuras, guias e manuais apoiando a disseminação de boas práticas e o fomento da cidadania ativa.

**c) Provedoria TI-PT:**

O serviço Provedoria TI-PT, atualmente limitado ao atendimento on-line, passará a contar igualmente com um espaço de atendimento presencial personalizado, e à distância (por e-mail e telefone), dirigido a denunciante e vítimas de corrupção, e aos cidadãos em geral que se nos dirijam por questões relacionadas com Governança e acesso à Justiça.

Temos também como objetivo estreitar sinergias com associações de juristas e escolas superiores de Direito com vista ao acolhimento de estudantes/ estagiários, bem como para a produção de materiais vocacionados para o aumento da literacia judicial (guias, manuais, cursos e-learning, etc.)

**d) Gestão de Projetos e Capacitação Institucional:**

A relação institucional com mais de 1000 membros e a implementação em média de 3 projetos/ ano, na sua maioria financiados pela Comissão Europeia através do Secretariado da Transparency International em Berlim, demanda a instalação de uma equipa dedicada (composta atualmente por 3 elementos) e a mobilização de condições logísticas adequadas.

Temos como objetivo o acolhimento de voluntários e estagiários para apoio às atividades e crescimento institucional da associação, o que esperamos se torne possível com o acesso a uma sede multifuncional.

**3) Cooperação para o Desenvolvimento:**

Em resultado da nossa acreditação como ONGD, estamos apostados em contribuir para o desenvolvimento e capacitação institucional das organizações com quem colaboramos, designadamente na África de expressão portuguesa.

Nesse registo, o espaço do Centro servirá também para acolhimento de Exchange Visits e programas de treino especialmente preparados para os colegas que temos nessas geografias (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné Equatorial), alguns dos quais estruturados em parceria com o Secretariado da Transparency International.

**4. Resultados esperados**

Dimensões de Intervenção	Resultados esperados
Arquivo de Informação e de Documentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar recursos de informação e documentação nas áreas da Transparência, da Boa Governança e da Democracia a um número crescente de pessoas e instituições</li> <li>• Apoiar a publicação de pesquisa e investigação aplicada nas áreas da Transparência, da Boa Governança e da Democracia</li> <li>• Aumentar o conhecimento nas áreas da Transparência, da Boa Governança e da Democracia</li> </ul>
Formação e Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificar a participação cívica pela partilha de informação e promoção do pensamento crítico</li> <li>• Disseminar boas práticas de cidadania e de combate e prevenção da corrupção e do abuso de poder</li> </ul>

Provedoria TI-PT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar os cidadãos vítimas de corrupção e de abuso de poder</li> <li>• Incrementar o acesso à justiça e o conhecimento dos sistemas de organização democrática</li> </ul>
Gestão de Projetos e Capacitação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a capacitação técnica e institucional da TI-PT</li> <li>• Acolher voluntários, estudantes e estagiários interessados em desenvolver competências de cidadania e de participação cívica</li> </ul>
Cooperação para o Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a cooperação para o desenvolvimento com ONG e outras organizações da sociedade civil dos Países de língua Oficial Portuguesa (PALOP), apoiando a elaboração de candidaturas e a gestão operacional e financeira de projetos, metodologias de pesquisa, fundraising, entre outros</li> </ul>

## 5. Inovação e Sustentabilidade

A TI-PT alicerça a sua estratégia de sustentabilidade em quatro componentes essenciais:

- 1) Capacidade técnica e de gestão organizacional e financeira;
- 2) Compromisso com o trabalho em rede e solidificação de parcerias para o desenvolvimento sustentável;
- 3) Incremento sucessivo do potencial de mobilização e de inovação;
- 4) Responsabilidade e solidariedade social.

Ao longo dos anos temos vindo a desenvolver um modelo de governança capaz de responder às exigências próprias da implementação de projetos de dimensão internacional com um elevado padrão de desempenho científico, técnico e de gestão orçamental, sem descurar igualmente as responsabilidades assumidas perante os nossos associados e parceiros.

Para tal, promovemos a estabilidade laboral da equipa em funções, revimos sucessivamente processos e procedimentos, e estamos atualmente a implementar um novo sistema de gestão adaptado às nossas necessidades de financiamento e de reporte atuais e de médio-longo prazo.

O Centro de Documentação e Informação sobre Transparência, Boa Governança e Democracia inscreve-se nesta estratégia de sustentabilidade, porque nos permitirá materializar num espaço físico algumas das atividades que já desenvolvemos em ambiente web e à distância, acrescentando novas valências que consideramos fundamentais para o crescimento sustentável da associação, nomeadamente no que se refere à implementação do Programa de Educação/Formação e reforço da capacidade de intervenção do serviço Provedoria TI-PT através do atendimento presencial personalizado.

É inovador porquanto não existe ainda na cidade de Lisboa e no país um centro com esta função e que almeje constituir-se como um espaço permanentemente habitado, potenciador da participação e do voluntariado para a cidadania.

## 6. Recursos a mobilizar

A concessão de um espaço físico em condições adaptadas às necessidades de funcionamento do Centro pela Junta de Freguesia de Alvalade, de acordo com a disponibilidade financeira da TI-PT.

O Plano de Sustentabilidade da associação e a sua estratégia de fundraising garantirão todos os recursos humanos, técnicos e materiais indispensáveis à sua prossecução.